Violência e insubordinação militar na São Paulo do século XVIII: estudo histórico e filológico de três manuscritos

Renata Ferreira Costa*

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de apresentar um panorama dos contextos histórico-social e filológico (a partir do cotejo de dois testemunhos de um processo criminal) de três documentos datados de fins do século XVIII, pertencentes aos arquivos coloniais sobre a capitania de São Paulo do projeto “Resgate Barão do Rio Branco”, cujo tema central é um caso de insubordinação militar de um mulato contra seu superior, filho do governador da capitania. O resgate e a difusão desses textos têm importância ímpar para que pesquisas continuem sendo feitas e para que novas descobertas venham agregar novos conhecimentos à sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia; crítica textual; século XVIII; história social.

Introdução

O advento da escrita trouxe à humanidade a possibilidade de registrar sua história, permitindo o armazenamento e a propagação de informações entre os indivíduos e por gerações. Antes da invenção da imprensa, a escrita era realizada somente à mão, sobre diversos suportes, entre eles o papiro, o pergaminho e o papel, constituindo documentos que não são apenas veículos de transmissão de um texto, mas também testemunhos de uma determinada sociedade. No entanto, tratando-se do Brasil, muitos de seus documentos manuscritos se perderam, outros se encontram em bibliotecas, museus e arquivos do exterior, o que dificulta o seu

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo – renataferreiracosta@yahoo.com.br

acesso, e alguns estão entregues aos insetos e à ação do tempo. Diante dessa situação, torna-se patente a importância da recuperação, preservação e difusão de manuscritos como chave para a construção ou o esclarecimento de uma identidade nacional. Por isso, este artigo, com o intuito de trazer à tona questões relacionadas à história social e filológica, pretende contribuir com dados relevantes para a pesquisa em documentação brasileira do século XVIII.

1. Um crime no meio militar: tentativa de assassinato do Capitão Antonio lobo de Saldanha

De 1775 a 1782, a capitania de São Paulo foi governada por Martim Lopes Lobo de Saldanha, que, entre outras coisas, mandou fazer o aterro do Rio Grande, no alto da Serra, para que homens e animais pudessem andar com mais segurança e para facilitar a comunicação entre as vilas vizinhas. Na década de 1780, o governador mandou construir uma ponte sobre cada um dos cinco rios caudalosos que atravessavam a estrada do Cubatão. Quando a primeira ponte foi concluída, em setembro de 1781, o governador foi pessoalmente examiná-la para que, dependendo de sua qualidade, servisse de modelo para as outras quatro. Martim Lopes ficou hospedado na fazenda dos padres beneditinos, chamada de São Bernardo, onde a população, contente com os benefícios trazidos pela ponte, organizou uma ópera em sua homenagem.

Na noite do dia 16 de setembro de 1781, aproximadamente às nove horas, faltando poucos minutos para o início da apresentação da ópera, enquanto os músicos e os atores se preparavam para entrar em cena e o público esperava ansioso, uma tentativa de assassinato se desenrolava atrás do palco, no vestiário. Caetano José Gonçalves atacava Antonio Lobo de Saldanha, desferindo-lhe um golpe de faca atrás da orelha esquerda, chegando até o osso. Esse seria apenas mais um crime dentre tantos outros que ocorriam na São Paulo de fins dos setecentos se não fosse o fato de Caetano José Gonçalves ser um mulato que exercia o ofício de trombeta do Regimento de Voluntários Reais, cuja função principal era a de dar os sinais de alerta para a tropa, e Antonio Lobo de Saldanha, além de capitão de infantaria, portanto superior de Caetano Gonçalves, ser filho do governador e capitão-general da capitania, Martim Lopes Lobo de Saldanha.

Caetano José Gonçalves, como trombeta do Regimento, iria tocar seu instrumento na orquestra da ópera, mas, segundo testemunhas, recusava-se a entrar, mostrando uma faca flamenga e dizendo que era aquele instrumento

que queria tocar. Estava embriagado e, conforme uma testemunha, já arquitetava o crime desde o dia anterior.

No dia seguinte ao crime, 17 de setembro, instaurou-se um Conselho de Guerra e foram ouvidas trinta testemunhas, que disseram encontrar o réu muito inquieto e recusando-se a tocar, saindo em certo momento da orquestra e entrando no vestiário, onde atacou o capitão Antonio Lobo de Saldanha. As pessoas que se preparavam para dar início à ópera viram a vítima ensanguentada sair correndo do vestiário, pedindo socorro, enquanto o agressor, depois de receber empurrões e murros, foi preso em flagrante delito e conduzido à cadeia da cidade, onde não só confessou o crime, como disse que seu real intento era degolar seu superior.

No dia 19, o réu foi conduzido perante o Conselho de Guerra, sendo interrogado pelo capitão Joaquim José de Macedo Leite e pelo tenente Tomé de Almeida Lara, tendo como procurador o tenente Manoel Pacheco Gato. Foi perguntado seu nome, naturalidade, idade, estado civil, profissão, se havia jurado bandeiras e ouvido a leitura dos Artigos de Guerra,¹ onde estivera na noite do dia 16 de setembro e se sabia quem havia ferido ao capitão Antonio Lobo de Saldanha, ao que respondeu que se chamava Caetano José Gonçalves, natural da vila de Jundiá, de 36 anos, casado e trombeta do Regimento de Voluntários da Companhia de Macedo. Disse ter jurado bandeiras e que conhecia os Artigos de Guerra, e que na noite do crime estava em São Bernardo, onde representaria a ópera em homenagem ao governador, mas, como estava embriagado e sentindo-se ferido sem saber por quem, tirou uma faca e desferiu um golpe sem saber em quem, pois havia muita gente no local. Somente quando voltou a si soube que havia ferido ao capitão e ajudante das Ordens, afirmando que não tinha motivo para tal delito, pois sempre havia reverenciado e respeitado a todos os seus superiores, especialmente ao dito capitão.

Interrogadas as testemunhas e o réu, o Conselho de Guerra declarou, por pluralidade de votos, o réu culpado de traição e condenado à pena de carrinho perpétuo – uso de argolas de ferro nas pernas, segundo Carvalho (2005) –, conforme o artigo oitavo de guerra, que diz que

¹ Segundo Carvalho (2005), todo militar de qualquer grau e sem exceção alguma tinha a obrigação de prestar juramento de fidelidade à bandeira juntamente com a leitura e explicação dos Artigos de Guerra, que “serviam de base ou de leis fundamentais em todos os Conselhos de Guerra” e sob os quais estavam sujeitos.

que Diz = Todo o Soldado que
fizer atração Seu Camarada Sera
Condemnado a Carrinho perpetuo

Figura 1: fólio 32 recto da cópia de 19 de novembro de 1782

[...] Todo o Soldado que
fizer atração Seu Camarada Sera
Condemnado a Carrinho perpetuo

Por ordem do governador da capitania, Martim Lopes Lobo de Saldanha, o primeiro Conselho de Guerra contra Caetano José Gonçalves foi anulado e instaurado um segundo, porque o primeiro era contrário às novas leis promulgadas a respeito dos Conselhos de Guerra e do Regimento Militar. Foram encontradas algumas irregularidades, como a atuação do ouvidor da comarca na devassa, que deveria ser feita por um Conselho de Guerra perante o qual se fizesse o corpo de delicto, em que se especificassem todas as circunstâncias do caso, e as testemunhas deveriam ser inquiridas pelos oficiais militares, tudo debaixo da pena de nulidade na forma da lei de 4 de setembro de 1765, nos parágrafos 2, 3, 4 e 5:

ao Militar, se ao Ecclesiastico. Premittido, como era, taõ
publico o delicto, e que o ferido, e o delinquente prezo em fragran-
te, cric. Militares, e por consequencia de hum foro estranho,
e incompetente da Jurisdição do dito Ouvidor, de nenhuma
sorte podia este proceder, como procedeo á semelhança devas-
sa na qualidade de Ouvidor da Comarca, e muito menos
guarda-la, como mandou, escrever pelo seu Escrivão; mas
isso devia ser aquelle processo feito por hum Conselho de
Guerra, perante o qual se fixesse o Corpo de delicto, no qual se
especificassem todas as circunstancias do caso; e as testemunhas
de

Figura 2: fólhos 4 verso e 5 recto da carta

[...] Porem sendo, como era, tão
publico o delicto, e que o ferido, e o delinquente prezo em fragran-
te, eraõ Militares, e por consequencia de hum foro estranho,
e incompetente da Jurisdição do dito Ouvidor, de nenhuma
sorte podia este proceder, como procedeo á semelhante devas-
sa na qualidade de Ouvidor da Comarca, e muito menos
manda-la, como mandou, escrever pelo seu Escrivão; mas
sim devia ser aquelle processo feito por hum Conselho de
Guerra perante o qual se fizesse o Corpo de delicto, no qual se
especificassem todaz as circumstancias do cazo; e as testemunhaz <de->
|| 5r. || || [de]viam ser inquiridas pelos Officiaes Militares para esses
deputados, e escriptos os seus ditos, não por qualquer Escrivão,
mas sim pelo Auditor, tudo debaixo da pena de nullidade
na forma da Ley de 4. de Setembro de 1765 no paragrafo 2, 3, 4, e 5.

Além disso, os vogais do primeiro Conselho não haviam atendido real-
mente ao artigo oitavo, segundo o qual

Figura 3: fólio 5 verso da carta

[...] Todas as diferenças, e disputas são prohibidas sob pena de rigorosa prizaõ: mas se succeder à qualquer Soldado ferir o seu Camarada à traição, será condemnado ao Carrinho perpetuamente (Note-se,) ou castigado com pena de morte conforme as circunstancias concurrentes // Estas circunstancias concurrentes explica o dito Artigo mais abaixo tratando da pena de morte, que deve ser agravada // E esta pena de morte será ainda agravada conforme as circunstancias do cazo. isto he (Note-se) se o morto era seu superior, ou concorrer qualidade, que agrave o homicidio // do que se faz manifesto, que se o Soldado ferir à traição ao seu Superior, deve ser castigado com pena de morte, e se o matar à traição, deve ser castigado com pena de morte mais agravada, e mais cruel. [...]

Segundo Mello e Souza (2004, p. 171, 174-175), a justiça agia com vistas à rapidez da execução e à necessidade do exemplo, por isso “tanto a prisão como a pena de morte tinham caráter de punição exemplar, esta última sendo comumente aplicada a indivíduos socialmente instáveis ou desclassificados”, o que só seria modificado em 1775, com a criação da Junta de Justiça, com a

função de sentenciar “‘todos os réus que cometerem delitos’: oficiais e soldados pagos ou das companhias de ordenanças que desobedecerem aos superiores, desertores, rebeldes, homicidas, fossem eles ‘europeus ou americanos, e ainda africanos ou livres ou escravos’”. Esse regime militar férreo, com sanções graves e de aplicação imediata, tinha o objetivo de criar um corpo de soldados disciplinados, com os quais se podia contar a qualquer hora e em qualquer situação (Carvalho, 2005).

2. Descrição dos manuscritos

Esse relato encontra-se em três documentos manuscritos de fins do século XVIII (uma carta, posterior a 22 de setembro de 1781, e dois testemunhos de um processo criminal,² datados de 14 e 19 de novembro de 1782), pertencentes aos documentos coloniais sobre a capitania de São Paulo do projeto “Resgate Barão do Rio Branco”. São documentos muito interessantes não apenas por apontar um caso de violência e insubordinação militar ou o funcionamento e aplicação das leis na época, mas também por fornecer dados sobre a idade, cor, estado civil, instrução e naturalidade dos militares, sendo possível reconstruir, ainda que precariamente, o perfil sociocultural dos indivíduos que trabalhavam no militarismo da capitania de São Paulo em fins do século XVIII. Além disso, esses manuscritos contribuem com valiosos dados sobre a questão do estado da língua portuguesa na época.

O primeiro documento é uma carta que se refere a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, expondo seus feitos enquanto governador da capitania, como a conservação da paz na região, a criação de dois regimentos pagos de infantaria e cavalaria e de seis regimentos de auxiliares armados e fardados de uniformes, a abertura da estrada nova de São Paulo para a vila das Lages, além de muitas outras estradas que mandou abrir para facilitar a comunicação da capital de São Paulo com todas as vilas a ela pertencentes. No entanto, os assuntos principais da carta são o crime cometido por Caetano José Gonçalves contra o seu filho Antonio Lobo de Saldanha, capitão de infantaria, as arbitrariedades do primeiro Conselho de Guerra e sua decisão de instaurar um outro Conselho para o caso.

² O que é chamado aqui de “processo criminal” é registrado nos documentos como “processo verbal”.

Figura 4: primeiro fólio da carta

Os outros documentos são dois testemunhos do processo criminal feito contra Caetano José Gonçalves, em que se expõe o caso, os interrogatórios, o parecer do júri e a sentença dada ao réu:

Figura 5: primeiro fólio da cópia de 14 de novembro de 1782

Figura 6: primeiro fólio da cópia de 19 de novembro de 1782

Esse processo apresenta-se em duas cópias escritas pelo mesmo punho, em letra cursiva ligeiramente inclinada para a direita e de fácil entendimento. Um dos documentos (cópia de 14 de novembro de 1782) possui 67 fólios escritos em frente e verso, não apresenta rasuras, nem manchas na folha; o outro documento (cópia de 19 de novembro de 1782) possui 70 fólios escritos em frente e verso, algumas manchas provocadas pela tinta da folha anterior e possui também uma numeração, acompanhada por uma rubrica, no canto superior da margem direita, sempre no fólio recto, que se inicia no número 19 e vai ao número 54. Ambos apresentam carimbos de dois tipos: do Arquivo Histórico Ultramarino e da Biblioteca Nacional. Além disso, apresentam a mesma disposição da mancha do texto, distribuído, geralmente, em uma coluna de 24 a 25 linhas.

3. Colação dos testemunhos

O processo criminal feito contra Caetano José Gonçalves teve início no dia seguinte ao atentado, 17 de setembro de 1781. Nesse dia foi feito o exame de corpo de delito no capitão Antonio Lobo de Saldanha e deu-se início à inquirição das testemunhas, que só terminou no dia seguinte. Em 19 de setembro o réu foi interrogado e a devassa concluída. No dia 22 de setembro o réu foi declarado culpado e sentenciado à pena de carrinho perpétuo. Em 1782 foram encomendadas duas cópias desse processo, ambas feitas em Lisboa: uma datada de 14 de novembro e outra de 19 do mesmo mês. Não há referências que indiquem o autor das cópias, tampouco quem as encomendou, só há a indicação de que foram feitas com o consentimento do tabelião do cartório, Francisco Xavier Vieira Hernandez, que assina os documentos.

Pelo seu próprio caráter de cópia, esses testemunhos apresentam certas irregularidades, já que, segundo um postulado da tradição manuscrita, “quem diz cópia diz erro” (Spina, 1994, p. 114) e, por mais que o copista faça um esforço contínuo para escapar dos erros de transcrição, as distrações são inevitáveis (Dain, 1949, p. 16).

O que se vê a seguir é um cotejo dos dois testemunhos do processo criminal. Nas transcrições, as informações que representam variantes por omissão, acréscimo, alteração da ordem ou substituição de um testemunho em relação ao outro, destacam-se em itálico>.

Quadro

Fólio	Testemunho 1 (14 de novembro de 1782)	Fólio	Testemunho 2 (19 de novembro de 1782)
1r.	<i>Tombeta</i> do mesmo regimento Como <i>[[Como]]</i> Constava da devassa remetida	1r.	<i>Trombetta</i> do mesmo regimento, como Constava da devassa remetida
1v.	Estevão Gomes Teixeira // Iuizo da Ouvedoria Geral	1v.	Estevão Gomes Teixeira // <i>Escrivão Silva</i> Iuizo da Ouvedoria Geral
1v.	da Cidade de Sam Paullo e Sua Commarca// <i>Escrivão Silva</i> Autto de <i>Devaca</i> aqueprocedeo	1v.	da Cidade de Sam Paullo e Sua Commarca// Autto de <i>devassa</i> aqueprocedeo
2r.	na pessoa do <i>Cappitam</i> de Ajudante de Ordens do Governo	2r.	na pessoa do <i>Cappitaõ</i> e Ajudante de Ordens do Governo
2r.	como melhor <i>Conta do ditto exame</i> <i>digo</i> do autto <i>do</i> exame	2r.	Como melhor <i>Consta do autto desta</i> <i>devassa digo</i> do autto <i>de</i> Exame
2r.	Cujo fim <i>mandei</i> fazer este autto de devassa	2r.	Cujo fim <i>mandou</i> fazer este autto de devassa
2v.	<i>Cappitam</i> e Ajudante de <i>Orfaoõs</i> <i>digo</i> e Ajudante de Ordens	2v.	<i>Capitaõ</i> e Ajudante de Ordens do Governo
2v.	nesta Cidade de Sam Paullo nas Cazas <i>deziden</i> <i>digo</i> de <i>rezidença</i>	2v.	nesta Cidade de Sam Paullo nas Cazas de <i>rezidencia</i>
2v.	na borda do Campo de Sam Bernardo termo desta Cidade	3r.	na borda do Campo <i>no Bairro</i> de Sam Bernardo termo desta Cidade
3r.	por Cujá Cauza procedeo <i>a</i> Exame <i>nas referidas digo</i> nas feridas com os Cirurgioeõs	3r.	por Cujá Cauza procedeo <i>o</i> exame nas feridas Com os Cirurgioeõs
3r.	debaixo do <i>juramentos</i> de Seus Officios <i>declarassem</i> o estado <i>dos</i> <i>feridos</i>	3r.	debaixo do <i>juramento</i> de Seus Officios <i>declarasem</i> o estado <i>das</i> feridas
3r.	com que instrumento <i>ese</i> prometião <i>prigo</i> de vida <i>oqual sim</i> prometerão fazer	3v.	Com que instrumento <i>e</i> Seprometião <i>perigo</i> devida <i>oque asim</i> prometerão fazer
3r.	huma ferida atraz da orelha Esquerda <i>que chegou athê</i> o osso	3v.	huma ferida atraz da Orelha esquerda <i>que chegaua thê</i> oosso
3r.	Cuja ferida pela Sua essência não <i>promette</i> perigo nem Lezaõ ou deformidade	3v.	Cuja ferida pela sua essência não <i>permite</i> perigo nem lezaõ ou deformidade

3r.	ede todo o referido dou minha fé judicial	3v.	edetodo referido dou minha fé judicial
3v.	escriptos <i>Seus nomes</i> Cognomes e moradorias idades dittos e Costumes	4r.	escriptos <i>seu nome</i> Cognomes moradias e Costumes
4v.	oreconheceo inquieto ecom repugnancia em tocar <i>eporsuadindo-o</i> aque toca-se	5r.	oreconheceo inquieto ecom repugnancia em tocar <i>epersuadindo-o</i> aque tocase
4v.	ouvio hum <i>reboliço</i> dentro eouvio dizer <i>aofurriel digo</i> aoferido ou a outra pessoa matem esse <i>Cachorro</i>	5r.	ouvio hum <i>rebuliço</i> dentro eouvio dizer aoferido ou aoutra pessoa matem esse <i>Caxoro</i>
5v.	eprocurando Saber aCauza <i>So Sussurro encontrou</i> ao Cappitam	6r.	Eprocurando saber aCauza <i>doSossuro</i> incontrou aoCapitam
5v.	e lido oSeu testemunho pelo achar Conforme ao que <i>disse</i> seaSignou	6r.	elido oSeu Testemunho pelo achar Conforme ao que <i>depoz</i> se assignou
6r.	Vio Sahir <i>Cheio</i> de Sangue ao Cappitam Ajudante das Ordeñs Antonio deSaldanha	7r.	vio Sahir <i>chejo</i> deSangue aoCappitam Ajudante das Ordens Antonio <i>Lobo</i> deSaldanha
6v.	Ioze deMadureira <i>Malheiros</i>	7v.	Ioze deMadureira <i>Calheiros</i>
7v.	ouvio gritar aoditto Ajudante dizendo estas palavras = O! <i>Cachorro</i> á traicaõ peguem nesse <i>Cachorro</i>	8v./ 9r.	ouvio gritar aoditto Ajudante dizendo estas palavras O! <i>Caxorro</i> a traicaõ, peguem <i>nesse Ladraõ digo</i> peguem nesse <i>Caxorro</i>
8r.	Ioaõ de <i>Crasto</i> Canto eMello Tenente do Regimento	9r.	Ioaõ de <i>Castro</i> Canto eMello Tenente doRegimento
8v.	foi hum dos que lhe <i>empedio ofazer</i> mayor <i>insulto</i>	9v.	foi hum dos que lhe <i>impedio afazer</i> mayor <i>indulto</i>
9r.	eproguntado lhe fosse deIdade de <i>trinta eoitto</i> annos pouco mais ou menos	9v.	eproguntado-lhe fosse deIdade de <i>Vinte eSinco</i> annos pouco mais ou menos
9r.	disse que estando elle <i>testemunha</i> na noute ehoras declaradas no autto da devassa <i>em o</i> Tabelado	9v.	<i>disse que na noute ehoras declaradas no autto Vira elle digo</i> disse que estando elle no autto dadevassa <i>eno</i> Tabelado
9r.	eachando se tambem o Ajudante <i>de</i> Ordens deste Governo	10r.	eachandose tambem oAjudante <i>das</i> Ordeñs deste Governo
10r.	hum <i>Trombeta</i> doRegimento de Voluntarios eCompanhia deMaçedo	11r.	hum <i>Trombeta</i> doRegimento <i>de</i> Voluntarios <i>Reaes digo</i> de Voluntarios <i>da</i> Companhia de Maçedo
10r.	Caetano Ioze Costa muito <i>despropozitado</i>	11r.	Caetano IozeCosta muito <i>desprepozitado</i>
10r.	efinalmente entrando para o Vestuario dentro <i>ouvio</i> elleTestemunha	11r.	efinalmente entrando para ovestuario dentro <i>ouvia</i> elleTestemunha
10v.	e natural desta Cidade <i>Testemunha jurada digo</i> Cidade que Vive deSer Sineiro	11v.	enatural desta Cidade que vive deSer Sineiro
11r.	eoditto Trombeta <i>emmediatamente</i> puchou por huma faca elhe deu primeira e segunda facada	12r.	eoditto Trombeta <i>immediatamente</i> puchar por huma faca <i>eque querendo digo</i> faca elhe deuprimeira eSegunda facada
11v.	Ouvidor Geral e Corregedor desta ditta Cidade	12v.	Ouvidor Geral eCorregedor <i>desta</i> Cidade <i>digo</i> desta ditta Cidade

11v.	epelo ditto Menistro <i>inquiridor</i> <i>proguntados</i> epor mim escrivaõ escriptos Seus nomes moradorias idades ecostumes	13r.	epelo ditto Menistro <i>inquiridas</i> <i>eproguntadas</i> epor mim Escrivaõ. Escriptos seus nomes <i>Cognomes</i> moradorias idades <i>ditos</i> eCostumes
12r.	Eproguntado aelle testemunha jurada aos Santos Evangelhos em hum livro	13v.	Eproguntado aelle <i>Testemunha</i> <i>peloContheudo no auto desta devassa</i> <i>digo aelle</i> Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em hum livro
13r.	Eproguntado aelle Testemunha pelo Contheudo no auto da devassa	14r.	<i>Eproguntado the fosse de Idade digo</i> Eproguntado aelle Testemunha pelo Contheudo no auto da devassa
13r.	disse queSabe pelo ouvir dizer atodos os circunstantes <i>que Se auto</i> <i>digo que</i> Seachavaõ no Tabelado	14r.	disse quesabepelo Ouvir dizer a todos os circunstantes que se achavaõ no Tabelado
13r.	emais não disse <i>deste</i> nem do Costume	14v.	emais não disse nem doCostume
13v.	testemunha jurada aos Santos Evangelhos em hum livro delles em poz Sua Mão direita	15r.	Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em hum livro delles em <i>que poz Suamaõ direita</i>
14r.	<i>Bibiano Ioze Soares</i>	15v.	<i>Bebianno Ioze Soares</i>
15r.	disse que estando elle Testemunha na noutte ehoras declaradas no Auto	16v.	disse que estando elleTestemunha na noutte ehoras declaradas no auto <i>[[na</i> <i>noute ehoras declaradas no auto]]</i>
16r.	disse queSabe <i>[[que Sabe]]</i> que estando no Tabelado	17v.	disse que Sabe que estando noTabelado
19r.	em que poz Sua maõ direita <i>eprometeu</i> dizer verdadedo que Soubese	20v.	Em que póz Sua maõ direita <i>eprometeo</i> dizer verdade queSoubese
19r.	chamado Caetano eSupposto que elle Testemunha não vio dar afacada <i>com tudo lhevio afaca na maõ</i> <i>quando the</i> deraõ alguñs murros	20v.	chamado Caetano <i>Ioze</i> eSupposto que elle Testemunha não vio dar afacada deraõ alguñs murros
20v.	Caetano Ioze Trombeta doRegimento de Voluntarios daCompanhia de Macedo	22r.	Caetano Ioze Trombeta doRegimento <i>deVoluntarios Reaes digo</i> de Voluntarios daCompanhia de Macedo
21r.	emais não disse nem doCostume elido oSeu testemunho <i>SeaSignou</i> <i>Com oditto Menistro digo</i> <i>SeaSignou</i> Com huma Cruz	22v.	emais não disse nem do Costume elido oSeu Testemunho <i>pelo digo</i> <i>Testemunho seassignou</i> Com huma Cruz
21v.	oferimento de queSe trata fora feito <i>por</i> Caetano Ioze	23r.	oferimento deque se trata fora feito <i>pelo</i> Caetano Ioze
22v.	escriptos seus nomes <i>Cognomes</i> <i>moradorias</i> idades eCostumes Saõ os que aodiante SeSegue deque <i>por</i> aSim Constar o referido <i>fez</i> este termo deassentada	24r.	escriptos seus nomes <i>Cognomes</i> <i>moradias</i> idades eCostumes Saõ os que ao diante sesegue deque <i>para</i> asim Constar oreferido <i>fiz</i> este Termo deassentada
23r.	disse que Sabe por ouvir <i>dizer</i> eSer publico que quem fez oferimento	24v.	disse que sabe pelo ouvir eSer publico que quem fez oferimento
25r.	<i>Eproguntado pelo Contheudo no</i> <i>auto desta devassa digo</i> eproguntado aelletestemunha pelo Contheudo no auto desta devassa	26v.	Eproguntado aelle Testemunha pelo Contheudo no auto desta devassa
25v.	elido oSeu testemunho <i>SeaSignou</i> <i>Com oditto Menistro digo</i> Se <i>[[Se]]aSignou</i> Com huma Cruz por não Saber escrever <i>eoditto</i> Menistro <i>Seassignou</i> Com Sua rubrica	27r.	elido oSeu Testemunho se assignou Com huma Cruz por não Saber escrever <i>aoditto</i> Menistro assignou Com sua rubrica

26v.	Ioão Franco Xavier morador desta Cidade	27v.	<i>Ioão Xavier digo</i> Ioão Franco Xavier morador desta Cidade
26v.	Eproguntado aelle Testemunha pelo Contheudo no autto desta devassa	27v.	Eproguntado aelle Testemunha pelo Contheudo no autto desta devassa <i>digo dadevassa</i>
27v.	em o Escriptorio da Ouvedoria Geral della <i>fez</i> esta devassa <i>Concluzaõ</i>	28v.	em o Escripturio da Ouvedoria Geral della <i>foi</i> esta devassa <i>Concluza</i>
27v.	ficando porem o <i>treslado</i> no Cartorio	29r.	ficando porem <i>otraslado</i> no Cartorio
28r.	nesta Cidade de Sam Paullo <i>em</i> Cazas de apozentadoria do Doultor Esteuaõ Gomes Teixeira	29r.	nesta Cidade de Sam Paullo <i>e</i> Cazas de Apozentadoria do Doultor Esteuaõ Gomes Teixeira
28r.	foi Conduzido perante o Concelho de Guerra Caetano Ioze para effeito de Se lhe fazerem proguntas	29v.	foi conduzido perante o Concelho de Guerra <i>o Reo</i> Caetano Ioze para effeito de Se lhe fazerem proguntas
28v.	o Tenente Manoel Pacheco Gatto <i>de que para Constar</i> fiz este termo	29v.	o Tenente Manoel Pacheco Gatto <i>de quem posso Contar</i> fiz este Termo
28v.	Respondeo que Se <i>chama</i> Caetano Ioze Goncalvez	29v.	Respondeu que <i>sechamava</i> Caetano Ioze Goncalvez
28v.	e trombeta do Regimento de Voluntarios da Companhia de <i>Maçedo</i>	29v.	etrombeta do Regimento de Voluntarios <i>da Capitania digo</i> da Companhia de <i>Macedo</i>
29r./ 29v.	<i>que Se digo</i> que a Signaraõ os interrogantes	30v.	que assignaraõ os interrogantes
29v.	Ioaquim Ioze <i>de</i> Macedo Leyte	30v.	Ioaquim Ioze Macedo Leyte
29v.	todo o Soldado <i>que ferir</i> a traicaõ Seu Camarada	31r.	Todo o Soldado <i>que fizer</i> a traicaõ Seu Camarada
29v./ 30r.	Ioaquim Ioze de Macedo Leyte Cappitam // Thome de Almeida Lara Figueira Tenente // Ioão Baptista de Godoy Tenente // Ioze Francisco Vaz Alferes // <i>Agostinho digo</i> Bento Pimenta de Abreu Alferes // <i>Agostinho Pereira de Almeida e Proenca Forriel</i> // Francisco Bernardes da Silva Cabo // <i>Ioze Branco Ribeiro Cabo</i> // <i>Esteuaõ Gomes Aspeçada</i> // <i>Ioaquim Ioze de Macedo Leyte Capitam</i> // <i>Ioze Rodrigues de Oliveira Montes Cappitaõ</i> // <i>Manoel Ioze Velho Tenente</i> // <i>Antonio Galvaõ de Franca Alferes</i> // <i>Manoel Carvalho Furriel</i> // <i>Ioaquim Gonsalvez Pimentel Furriel</i> // Angelo Rodrigues da Fonceca Cabo // Francisco Andre Aspecada // <i>Pedro Antonio Pantalvaõ digo</i> Pedro Antonio Aspassada // Ioão Bruno de Camargo Soldado // Miguel Antonio Pires Soldado // Anastacio Ioze da Asumpcaõ Soldado //	31r./ 31v.	Ioaquim Ioze de Macedo Leyte Cappitam // <i>Ioaquim Pinto de Magalhaeõs Lima Cappitam</i> // <i>Ioze Rodrigues de Oliveira Montes Cappitam</i> // Thome de Almeida Lara e Figueira Tenente // Manoel Joze Velho Tenente // Ioão Baptista de Godoy Tenente // Ioze Francisco Vaz Alferes // <i>Antonio Galvaõ de Franca Alferes</i> // Bento Pimenta de Abreu Alferes // <i>Manoel Carvalho Furriel</i> // Francisco Bernardes da Silva Cabo // Angelo Rodrigues da Fonceca Cabo // <i>Ioze Branco Ribeiro Cabo</i> // Francisco Andre Aspecada // <i>Esteuaõ Gomes Aspassada</i> // Pedro Antonio Aspassada // Ioão Bruno de Camargo Soldado // Miguel Antonio Pires Soldado // Anastacio Ioze da Assumpcaõ Soldado //

30r.	Sargento Mor Prezidente // lugar <i>das Armas</i> //	32r.	Sargento Mor Prezidente // lugar <i>do Sello</i> //
30r.	Com a <i>Confissão</i> do Reo <i>edicto</i> das testemunhas acho oreo Cumpleçe no artigo oitavo	32r.	Com a <i>Confissão</i> do Reo <i>editto</i> das testemunhas acho o reo Cumpleçe <i>no Cappitulo digo</i> no Artigo oitavo
30r.	Ioachim Ioze de <i>Macedo</i> Leyte // lugar <i>das Armas</i> //	32r.	Ioachim Ioze de <i>Maçedo</i> Leyte <i>Cappitam</i> // lugar <i>do Sello</i> //
30r.	eoque determina o <i>Capitulo digo</i> o Artigo oitavo	32r.	eoque determina o Artigo oitavo
30r.	Ioachim Ioze Pinto de <i>Moraes</i> Lone <i>Cappitam</i> // lugar <i>das Armas</i> //	32r./ 32v.	Ioachim Ioze Pinto de <i>Magalhaens</i> Lone <i>Capitam</i> // lugar <i>do Sello</i> //
31r.	Manoel Ioze <i>Vello</i> Tenente //	33r.	Manoel Ioze <i>Velho</i> Tenente //
31r.	Ioão Baptista de Godoy <i>Tenente</i> //	33r.	Ioão Baptista de Godoy //
31v.	Attendendo a <i>ebriedade</i> do Reo e as <i>mais</i> que em Sua <i>deza</i> alega	33v.	Attendendo a <i>obriedade</i> do Reo eas <i>rezoens</i> que em sua <i>defeza</i> alega
32r.	Estevaõ Gomes <i>Espessada</i>	34r.	Estevaõ Gomes <i>Aspessada</i>
32v.	E trasladado todo o referido o <i>Concertei e Conferi</i> Com oque <i>me foi apresentado por proprio</i> a que em tudo <i>epor tudo</i> me reporto; Que entreguei aquem me pedio <i>lho</i> <i>passa seem publica forma</i> Lisboa quatorze de Novembro de mil Sette Centos oitenta edous annos	34v.	E trasladado todo o referido o <i>concertei</i> <i>com o proprio que me foi apresentado</i> oque em tudo me reporto que entreguei aquem me pedio o <i>Copiasse</i> Lisboa dezanove de Novembro de mil Sette Centos oitenta e dous annos.

Os dois testemunhos do processo trazem a declaração de cópia, abrindo as seguintes possibilidades de sua procedência:

Esses diferentes tipos estemáticos indicam que: 1) C14 e C19 pertencem a um mesmo ramo da tradição, remontando a um antecedente comum, o original; 2) C14 e C19 também pertencem a um mesmo ramo da tradição, mas

³ “O” representa o original; “C14”, a cópia de 14 de novembro; “C19”, a cópia de 19 de novembro; a e b representam cópias do original que serviram de modelo.

proveniente de uma cópia; 3) C19 descende de C14, que por sua vez procede do original; 4) C19 descende de C14, que procede de uma cópia do original; 5) C14 provém de uma cópia e C19 descende do original; 6) C14 e C19 provêm de cópias do original.

A comparação entre os dois testemunhos, apresentada na tabela acima, permite observar que existem muitos erros significativos e variantes,⁴ o que é bastante comum pelo seu caráter de cópia. Existem casos de omissão, de acréscimo, de substituições e de alterações da ordem, além das diversas palavras variantes. Os erros de uma cópia não são os mesmos da outra, são erros separativos – “sua presença em um testemunho assinala haver relação de independência deste em relação a outro” (Cambráia, 2005, p. 137). Esse fato descarta pelo menos dois dos estemas acima indicados e levanta a probabilidade dos seguintes estemas:

4. Conclusão

Neste artigo pretendeu-se dar conta dos aspectos históricos e filológicos de documentos manuscritos do século XVIII, época em que o Brasil e o mundo passavam por importantes transformações, porque a relação entre Filologia e História traz uma dimensão muito mais completa do testemunho da vida social e linguística de um povo em determinada época. Dessa forma, a investigação de fontes histórico-sociais do passado abre caminho para a reconstrução do percurso da história sociolinguística brasileira e, conseqüentemente, segundo Mattos e Silva (2004, p. 70), “para a história do português brasileiro”.

O resgate e investigação de documentos como a carta e o processo criminal que tratam do crime cometido pelo mulato Caetano José Gonçalves, trombeta do Regimento de Voluntários Reais, contra seu superior, o capitão Antonio Lobo de Saldanha, filho do governador da capitania, permitiu enten-

⁴ Erros e variantes entendidos aqui como todos e quaisquer desvios do texto original e “versões diferentes de uma palavra ou pequeno número de palavras concorrentes em manuscritos diversos da mesma obra” (Spina, 1994, p. 104), respectivamente.

der melhor a constituição do militarismo da capitania de São Paulo, a instauração e funcionamento de um Conselho de Guerra, como eram feitos os processos criminais e o funcionamento e aplicação das leis na época. Além disso, permitiu perceber, através do cotejo dos dois testemunhos do processo criminal, os erros de cópia cometidos pelo escriba, sua natureza e hipóteses de procedência das cópias através dos estemas.

Bibliografia

CAMBRAIA, C. N. (2005) *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes.

CARVALHO, A. R. de (2005) "A tutela jurídica da hierarquia e a disciplina militar: aspectos relevantes". *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 806, 17 set. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7301>.

DAIN, A. (1949) Les Manuscrits et le Problème de la Copie. *Les Manuscrits*. Paris: Les Belles-Lettres. p. 15-17.

MATTOS E SILVA, R. V. (2004) *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

MELLO E SOUZA, L. de (2004) *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Graal.

MOISÉS, M. (2001) "Arcadismo (1756-1825)". *A Literatura Portuguesa*. 31. ed. São Paulo: Cultrix, p. 95-109.

SPINA, S. (1994) *Introdução à Edótica: Crítica textual*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética/Edusp.

ABSTRACT: The present article gives an overview of the social historical and philologic contexts (from contrast of two certifications of a criminal proceeding) of three documents of the 18th century, pertaining to colonial documents on the captainship of São Paulo of the project "Resgate Barão do Rio Branco", whose central subject is a case of military insubordination of a mulatto against his superior, son of the governor of the captainship. The rescue and the diffusion of so interesting texts have importance so that research continues being done and so that new discoveries add new knowledge to the society. The rescue and the diffusion of such interesting texts are of importance for research to continue being done so that new discoveries add new knowledge to the field. The rescue and the diffusion of such interesting texts are of importance for research to continue being done so that new discoveries add new knowledge to the field.

KEYWORDS: Philology; textual criticism; 18th century; social history.